

## A CONCEPÇÃO DOS DISCENTES DE LICENCIATURA EM QUÍMICA SOBRE A INCLUSÃO

Fabiane Silva Martins <sup>1</sup>  
Ana Carolina Cerveira Tavares <sup>2</sup>  
Rosiara Costa Soares <sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho foi idealizado com o objetivo de refletir acerca da concepção dos discentes do curso de Licenciatura em Química, a respeito da inclusão, tendo em vista que é muito comum encontrarmos professores que se colocam contra. Para tanto abordamos os direitos adquiridos pelas pessoas com deficiência, de frequentarem todos os espaços e a questão da formação dos professores para a inclusão que, infelizmente, é um processo bastante recente em nosso país. Através dos procedimentos metodológicos, apresentamos os aspectos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, dentre os quais destacamos o uso da pesquisa qualitativa. Analisamos assim, a concepção sobre inclusão dos alunos de uma das turmas do curso de Licenciatura em Química, do Programa Nacional de Formação de Professores - PARFOR, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, composta por 16 alunos que trabalham ou já trabalharam como docentes no Município de Codó – MA.

**Palavras-chave:** PARFOR; formação Docente; Inclusão;

### INTRODUÇÃO

No Brasil, o movimento pela integração social teve início na década de 60, mas foi mais vivenciado na década de 80 e segundo Sasaki (1999, p. 31) seu objetivo era “(...) inserir pessoas com deficiência nos sistemas gerais como educação, o trabalho, a família e o lazer”.

Na década de 90, eventos como a conferência de Jontiem, em 1990, a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, na cidade de Salamanca, e a Convenção de Guatemala em 1999, colocaram em pauta a urgência da inclusão escolar com vistas ao rompimento do paradigma existente. Todos esses debates, impulsionaram a elaboração de documentos nacionais que garantem a inclusão como direito das pessoas com necessidades especiais, entre os quais estão: como a Convenção Sobre o Direito das Pessoas com deficiência, a Constituição Federal, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [pefsmartins@gmail.com](mailto:pefsmartins@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Assistente Social do Instituto Federal do Maranhão – IFMA. Email: [anacarolina@ifma.edu.br](mailto:anacarolina@ifma.edu.br) ;

<sup>3</sup> Mestranda em Gestão da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, [rosiara.soares@bol.com.br](mailto:rosiara.soares@bol.com.br);

Sob o aspecto legal, a inclusão tornou-se garantida, porém, ao adentrarmos no espaço escolar percebemos que o trabalho docente não acontece de forma harmônica. Grande parte dos professores se depararam com uma clientela com a qual não estavam preparados para atender. Diante disso, percebeu-se a importância de se fazerem modificações no processo de formação docente. O decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005 tratou a inclusão da disciplina de LIBRAS como componente curricular obrigatório nos cursos de formação de professores. Em seguida a portaria nº 1793, de dezembro de 1994, reconheceu a inclusão de outras disciplinas voltadas à diversidade e educação inclusiva.

De acordo com as disposições previstas na Lei 9394/96, continua-se admitindo professores com formação em cursos de nível médio, na modalidade normal, para atuarem na Educação Infantil e nas quatro séries do Ensino Fundamental.

Assim consta no artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, e cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitidas, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Diante do exposto, fica evidente que a formação de professores, em nível superior, é admitida como nível desejável, porém, não exclusivamente, o que de certa forma, acaba comprometendo a qualidade do trabalho docente e conseqüentemente, as necessidades educacionais dos alunos especiais. Frente ao atual cenário social, a profissão docente precisa dar respostas adequadas e intervir positivamente em situações diversas e singulares que englobam o desenvolvimento humano.

Conforme comentado anteriormente o processo de inclusão no ensino regular tem trazido à tona muitos estudos a respeito deste assunto. Assim, “Considerando-se que atos jurídicos devem ser acatados e, portanto, postos em prática, não há como negar o processo de inclusão. Ele existe, de fato, pela via legal. Isso, no entanto, não é suficiente para determinar àqueles que são incluídos a permanência com êxito e conclusão de seus cursos [...]” (CHAHINI, 2013, pag. 362).

Verifica-se nos estudos de Omote et al. (2003), sobre atitudes sociais de educadores em relação à inclusão que, apesar de os resultados serem favoráveis à inclusão, os professores demonstravam uma certa preocupação em relação à presença efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula, devido, entre outros fatores, ao descuido do poder público com a provisão de recursos e condições necessárias para a construção de ensino efetivamente inclusivo; a falta de adequação tanto na edificação quanto nos mobiliários; escassez de acervo e de laboratórios, além da própria

qualificação dos professores, que praticamente não é exigida. (CHAINI, 2013, pag. 364).

Neste contexto, recordamos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, quando afirma que

É necessário ressignificar o ensino de crianças, jovens e adultos para avançar na reforma das políticas da educação básica, a fim de sintonizá-las com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, construir e reconstruir as instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações e conhecimentos e tecnologias, sintonizando-o com as formas contemporâneas de conviver e de ser. (BRASIL, 2001, pag. 7)

Contudo, nossa experiência nos mostra que a questão da formação inicial oferecida nos cursos de formação de professores tem sido a principal fonte de reclamação por parte dos docentes, que dizem não estar preparados para atender a diversidade. Estes reclamam também a falta de apoio pedagógico como forma de orienta-los sobre os caminhos necessários para a inclusão de alunos com necessidades específicas e da falta de formações continuadas que possam responder às questões e desafios que se colocam no chão da sala de aula. Assim, corroboramos com a afirmação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, quando destaca que,

Entre as inúmeras dificuldades encontradas para essa implementação destaca-se o preparo inadequado dos professores cuja formação de modo geral, manteve predominantemente um formato tradicional, que não contempla muitas das características consideradas, na atualidade, como inerentes à atividade docente [...] (BRASIL, 2001, pag. 4)

Assim, consideramos que a formação inicial dos professores deve capacita-los para a Educação Inclusiva, levando-os a “[...] conhecer os propósitos da Educação Inclusiva; conhecer sobre a deficiência do aluno, saber realizar a flexibilização curricular; saber avaliar, conhecer aspectos políticos e históricos da Educação Inclusiva e saber trabalhar em equipe.” (PAULA; GUIMARAES E SILVA, 2017, pag. 855)

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa desenvolveu-se no decorrer da disciplina de Educação Inclusiva, com os alunos da turma de Licenciatura em Química do Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR, ofertado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA, campus Codó a partir de uma abordagem qualitativa. Para isso buscamos

em todo o decorrer da disciplina observar a postura dos discentes, que já trabalham ou já trabalharam na docência, em relação a temática da inclusão, lançando questionamentos e propondo atividades sobre o tema. Para conhecermos de fato a opinião dos discentes elaboramos um questionário com perguntas abertas que foi entregue ao final da disciplina e que foi utilizado para a construção deste trabalho.

## RESULTADOS E DISCURSSÃO

A disciplina foi ministrada no primeiro semestre do ano de 2017 e procuramos, inicialmente, conhecer a opinião dos professores a respeito da inclusão. Percebemos nas falas dos discentes que estes, apesar de elencar as dificuldades enfrentadas, eram a favor da inclusão. Dos dezesseis alunos, sete já haviam tido experiências inclusivas durante o tempo de exercício do magistério. Vejamos alguns relatos:

“Eu como professora acho que eles devem sim ser incluídos, mas, o professor precisa está preparado para lidar com eles.” (A 1)

“Em se tratando da inclusão escolar acredito que ainda há muito que ser feito, por que precisa capacitar os profissionais de ensino para trabalhar com esse publico ou disponibilizar monitores para auxiliar professores no decorrer da aula para não gerar conflito com outros alunos durante a aula.” (A 5)

“(…) Durante a minha regência na zona rural me deparei com uma criança surda, ela tinha apenas 6 anos de idade e não sabia se comunicar com os colegas de sala e comigo. Diante disso me senti uma pessoa impotente, pois não sabia métodos apropriados para trabalhar com a mesma, ele era uma pessoa agressiva, impaciente devido essa falta de comunicação.” (A 10)

A partir da fala dos professores recordamos a LDB 9394/96 que aponta uma diretriz para a formação docente, determinando que sejam “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Durante a audição dos relatos mesmo quem ainda não tinha experiências inclusivas era a favor do direito de todos frequentarem o ensino regular . Neste sentido (A 8) relatou que:

“Na minha experiência em sala de aula a Educação Inclusiva ainda é um fato novo, por que ainda não trabalhei com pessoas com deficiência, mas acredito que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las”

Percebemos um grande interesse da turma pelo referido tema e de participar das discussões a respeito da inclusão. Durante a disciplina, foi realizada uma oficina onde eles deveriam construir recursos didáticos adaptados. A turma participou ativamente, construíram belos recursos e ainda relataram com entusiasmo que os recursos ajudariam muito a desenvolver o trabalho didático.

Questionamos os professores se a inclusão é de fato possível e estes de uma forma geral disseram que sim, mas com algumas ressalvas.

“A inclusão é possível sim com êxito, desde que as pessoas se conscientizem sobre os direitos de todos e as pessoas ditas normais lutem junto aos órgãos públicos para fazer valer, pois, apesar de terem seus direitos assegurados pela lei a grande maioria de deficientes ainda sofrem por terem seus direitos lesados.” (A 2)

“Eu acredito que a inclusão é possível sim, sem duvida. No entanto, apesar de ser uma recomendação da LDB, nota-se que as instalações físicas, o material didático e pedagógico e a capacitação dos professores ainda é muito precária. Além da falta de apoio terapêutico causado por inúmeros fatores, como transporte, condições financeira da família e até falta de informação.” (A 4)

“Sim, porém entre a teoria e a prática existem alguns obstáculos. Cada deficiência traz consigo algumas limitações e necessidades de ter pessoas especializadas (capacitados) para ajudar a pessoa a se desenvolver, respeitando as suas características particulares.” (A 7)

Essas respostas nos fazem recordar Mantoan e Prieto quando esclarece que,

Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudanças na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los. (2006, p. 15)

Outro questionamento em que obtivemos respostas unânimes foi a respeito da inclusão no município de Codó. De acordo com os entrevistados a questão da inclusão em Codó precisa melhorar muito.

“Eu acredito que nossa cidade não está preparada para atender o público com deficiência. Codó precisa melhorar muito a respeito da inclusão nas escolas. Adaptar os espaços públicos, como escolas, praças, hospitais, etc. Precisa capacitar os profissionais da área para melhor atender aos deficientes.” ( A 10)

“Infelizmente, ainda no município de Codó precisa melhorar, e muito, a questão da inclusão nas escolas, uma vez que são poucos os profissionais da área (muitos deles sem formação específica), a falta de escolas com acessibilidade, investimento na formação de pessoal, entre outras coisas.” (A 12)

“Não é nem tanto a questão da acessibilidade, mas a questão da sala de recursos e a formação de profissionais específicos para trabalhar com esse público, esse é o problema da educação Codoense. Essas crianças vão para essas escolas e muitas vezes não aprendem nada por que os professores não sabem trabalhar com aquela deficiência, muitas vezes é só o aluno na turma que tem deficiência e o professor não quer “perder tempo” com aquele aluno e o deixa abandonado à própria sorte.” ( A 14)

A realidade relatada pelos entrevistados nos remete a Glat (2013) quando ressalta que embora a LDB estabeleça, em seu artigo 59, inciso III, que as escolas assegurem profissionais



capacitados para o atendimento especializado aos alunos inclusos, isto ainda não se constitui em uma realidade.

Assim, verificamos que os entrevistados demonstram concordar com a inclusão, reconhecem que os alunos inclusos possuem direitos e merecem estar inseridos no contexto escolar, mas, relatam as dificuldades encontradas, que impede a sua atuação enquanto docente e a aprendizagem significativa por parte dos alunos, dentre estas a falta de recursos adaptados e a falta de profissionais que possam lhes auxiliar ou mesmo orientar seu trabalho pedagógico.

A temática da inclusão ainda precisa ser bastante discutida e ouvir os professores é fundamental para a melhoria desse processo. É necessário também que as escolas possuam aporte de recursos humanos e tecnológicos para desenvolver as habilidades dos alunos com deficiência. Enfim, precisamos de fato valorizar e discutir a temática da inclusão, para que esta se torne uma prática real nas nossas escolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto acima inferimos que, apesar de o investimento na formação docente em nível superior configurar-se como um primeiro e importante passo para o avanço nas questões referentes à inclusão educacional, não resolverá os problemas educacionais brasileiros, se não for compreendido que, para atender ao paradigma vigente de inclusão educacional, faz-se necessária a análise de diversos fatores, tais como: social, econômico e cultural, em que encontra-se inserida a escola, bem como suas concepções e representações relativas à deficiência, recursos materiais e os financiamentos disponíveis à escola.

Nessa perspectiva, acredita-se que a formação de professores para a inclusão deve atender às necessidades e aos desafios da atualidade. Logo, o professor precisa ser formado de modo, a saber articular seus conhecimentos e competências mediante ação e reflexão teórico-prática.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2. Ed. Brasília: Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: [www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf). acesso em: 01/05/2019.

CHAHINI, Telma Helena Costa. Atitudes Sociais de Professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em Relação à Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Superior. In. NUNES, Antonio de Assis Cruz Nunes et al. (orgs). **Políticas e Práticas Educativas**. São Luís Edufma, 2013.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. – 2. Ed. – rio de Janeiro: 7 Letras, 2013

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli (org). **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. – 5 ed. – São Paulo: Summus, 2006.

PAULA, Tatiane Estácio de; GUIMARAES, Orliney Maciel; SILVA, Camila Silveira da. **Necessidades formativas de Professores de Química para a Inclusão de Alunos com Deficiência Visual**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências,17(3), 853-881. 17.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma escola para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.